

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

“COMO OS CARAS DECIDEM A NOSSA VIDA SEM NEM FALAR COM A GENTE?”: plano diretor de desenvolvimento urbano, etnocídio e resistência de povos e comunidades tradicionais no município de Abaetetuba-PA/Amazônia.

Bianca Rodrigues da Silva¹

Marcel Theodoor Hazeu²

RESUMO

O município de Abaetetuba, nordeste paraense, vivencia intensas contradições advindas da expansão capitalista na Amazônia. O presente trabalho intenta, por meio dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano - PDDU, visualizar o conflito na ocupação e uso do território municipal, focando nas comunidades tradicionais, empresas capitalistas e toda logística necessária para os corredores de produção e circulação capitalista. Foram analisados os PDDUs e outros documentos e legislações que serviram para a definição das diretrizes e zoneamentos, realizadas entrevistas com liderança de uma comunidade tradicional e um membro da comissão da elaboração do Plano Municipal. Conclui-se que os Planos Diretores, como instrumento de planejamento do Estado, vêm assessorando e legitimando os interesses externos à região, afetando diretamente a possibilidade de reprodução social das famílias que historicamente conformam o território e nele resistem, provocando a sua morte como comunidade tradicional.

Palavras-chave: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Povos e Comunidades Tradicionais. Acumulação Capitalista.

ABSTRACT

The municipality of Abaetetuba, northeast of Pará, experiences intense contradictions arising from the capitalist expansion in the Amazon. This article attempt, through the Urban Development Master Plans - PDDU, to visualize the conflict at the occupation and use of the municipal territory, focusing on traditional communities, capitalist companies and all the necessary logistics for the corridors of capitalist production and circulation. The PDDU's, other documents and legislation that served to define the guidelines and zoning, were analyzed and interviews were conducted with a resident of a traditional community and a member of the commission for the elaboration of the Municipal Plan. It is concluded that the Master Plans, as a State planning instrument, have been advising and legitimizing interests external to the region, which directly affect the

¹ Universidade Federal do Pará; Graduanda em Serviço Social; Biancarodrigues1298@gmail.com.

² Universidade Federal do Pará; Doutor em Ciências Socioambientais; Marcelhazeu@ufpa.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

possibility of social reproduction of the families that historically make up the territory and resist on it, causing the death as a traditional community.

Keywords: Urban Development Master Plan. Traditional Peoples and Communities. Capitalist Accumulation.

1 INTRODUÇÃO

O município de Abaetetuba localiza-se ao nordeste do Estado do Pará, a 115 km de Belém, capital paraense. Estando estabelecido na margem direita da foz do Rio Tocantins é considerado a cidade-polo da Região do Baixo Tocantins, além de possuir a 7ª maior densidade populacional do Estado com população estimada de 160.439 habitantes (IBGE, 2021).

Caracteriza-se como um município tipicamente amazônico e institui forte relação com os rios, por ter grande parte do território composta de ilhas e ramais depende em grande medida da produção das comunidades tradicionais dessas áreas para produção de alimentos, amplamente comercializados na feira da cidade, o que também caracteriza o setor terciário (comércio e serviços) como atividade econômica predominante no município (ABAETETUBA, 2022).

Na contramão do que os municípios constroem e definem para o território municipal, instrumentos estatais de gestão e planejamento territorial, como os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU), têm se pautado por outros interesses para o chamado desenvolvimento local. Isto se opõe ao que foi definido para os PDDUs no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): Elencar as diretrizes que serão inseridas nas políticas públicas municipais e na definição da ocupação e uso do território em período de até 10 anos de forma amplamente democrática.

As escolhas governamentais no planejamento e nas políticas públicas têm sido pela anexação e circulação do Capital na região, reproduzindo um papel histórico de silenciamento e aculturação de quilombolas, indígenas, agroextrativistas e tantas outras populações amazônicas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é de analisar o papel do planejamento estatal nos processos de etnocídio na

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Amazônia, passando por uma breve leitura crítica do planejamento para a região e focado nos PDDUs de Abaetetuba. Assim, buscou-se localizar nos Planos Diretores do município as referências à destinação do território, focando no lugar designado às comunidades tradicionais, e, no contraponto, buscou-se também identificar e analisar a presença no PDDU de empresas capitalistas, obras de infraestrutura e toda a logística necessária para o avanço dos corredores capitalistas na Amazônia.

Para perfazer esse processo, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o planejamento na/da Amazônia, documental e de campo, acessando e analisando os PDDUs dos anos de 2006 e 2016 do município e diversos outros documentos e trabalhos a eles relacionados. Realizaram-se ainda entrevistas com moradora do Território Agroextrativista do Pirocaba, comunidade tradicional localizada na zona rural do município e com um membro da prefeitura que participou da elaboração do Plano de 2016. A *Colonialidade do Poder*, teoria do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) fundamentou as análises, bem como a teoria de *Acumulação por Espoliação* (2005) do geógrafo inglês David Harvey, ambos amparados no materialismo histórico-dialético.

2 PLANEJAMENTO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA E ETNOCÍDIO

A Região Amazônica apresenta marcas históricas de colonização e expropriação do que a conforma como a maior floresta tropical do mundo: a grande biodiversidade e a diversidade étnica-cultural.

O Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, reconhece a necessidade de valorização e respeito aos “espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007). No entanto, os eixos principais de estruturação da divisão social e racial do trabalho no padrão mundial capitalista evidenciam herdar identidades sociais estruturadas na destruição cultural de diversos povos advinda do período colonial, constituindo o que Quijano

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



(2005) nomeia *Colonialidade do Poder*, a qual se apresenta particularmente voraz na Amazônia. Dessa forma, os valores da região são atribuídos a partir de seu valor de uso, seja pela disponibilidade de recursos para extração, pela mão-de-obra barata ou para a anexação de infraestrutura necessária à logística de circulação de produtos numa escala global.

Esse ideário perpassa enquanto estratégia estatal o planejamento desenvolvimentista de integração capitalista da Amazônia, tímido até meados de 1940, momento em que a demanda pelos produtos produzidos na região, principalmente a borracha, vinha do mercado internacional, quase sem nenhuma articulação com as economias local e nacional. A economia local, praticamente isolada, articulava-se em torno da influência dos dois maiores aglomerados urbanos - Belém e Manaus e suas respectivas elites locais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, que demandava grande parte da produção de borracha e a inserção do Art. 199 na Constituição Federal de 1946, o qual definia que “na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária” (BRASIL, 1946), o Estado Brasileiro volta-se a integração da região ao resto do país, o que origina em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), intentando fomentar a industrialização substitutiva de importações sem ferir os interesses das elites locais. (MARQUES; TRINDADE, 2014).

A ditadura militar iniciada em 1964 junto de seu planejamento tecnoburocrático colocou a Amazônia no centro da doutrina de segurança nacional, através do discurso de ameaça à soberania do país, afastando-a cada vez mais da aproximação com os interesses de comunidades tradicionais que verdadeiramente compõem o território, a exemplo dos povos indígenas, sobre os quais o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, oriundo da Resolução nº 05 de 2012, concluiu que no período ditatorial “ao menos 8.350 indígenas foram mortos em massacres, esbulho de suas terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

por doenças infecto-contagiosas, prisões, torturas e maus tratos” (BRASIL, 2014). Assim como muitos sofreram tentativas de extermínio.

Em 1966 surge a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que tinha por objetivo suceder a SPVEA e acompanhar incisivamente todas as políticas que se destinavam ao desenvolvimento regional. Por intermédio da SUDAM, se iniciou também em 1966 a “Operação Amazônia”, cuja concedia créditos de até 75% ao setor privado para que fossem implantados projetos no território, ação que contou com o apoio de políticos e empresários locais interessados nos bens decorrentes do papel que estava se destinando à Amazônia, demarcando o ideário da região como um vazio demográfico (MARQUES; TRINDADE, 2014).

Em 1975 a SUDAM elaborou o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) em conjunto com o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), atribuído aos anos de 1972 a 1974, que reordenou a política de ocupação da Amazônia, definindo o que deveria compor o planejamento e as políticas nacionais e elegeu prioridades para o território amazônico brasileiro: a) integração física (fundamentalmente pelas rodovias, numa região secularmente integrada pelos rios); b) desenvolvimento econômico centrado no setor privado e apoiado pelos incentivos fiscais da SUDAM; e c) ocupação humana racional dos espaços que apresentam potencialidade de recursos naturais (SUDAM, 1971). Sendo assim, oficialmente o Estado brasileiro caracteriza a região como fronteira de recursos, os quais as populações locais não sabem utilizar de “forma racional”.

O II PND priorizou o setor de produção de bens, substituindo importações e destinando à Amazônia, por meio do II PDA referente aos anos de 1974 a 1979, a função de ser exportadora de produtos minerais, a efetivação do II PDA deu-se principalmente pelo Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - Polamazônia (MARQUES; TRINDADE, 2014).

Ao fim dos anos 70 grandes projetos já estavam implementados na região, todavia, não se tinha perspectiva desenvolvimentista em meio à decadência do

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



regime militar, cenário que se lançou o III PND e o III PDA (1980-1985), definindo a Amazônia como solução dos problemas nacionais. Segundo Carvalho (1987), o PDA III tornou-se apenas um conjunto de diretrizes que o governo federal concentrou, sem representar nada de muito diferente dos planos anteriores e sem chegar a ser um plano de desenvolvimento regional.

A anexação dos grandes projetos na Amazônia, intensificadas ao decorrer da década de 80, representaram a consolidação do projeto de inserção regional a acumulação capitalista brasileira, estimulada nos diferentes tipos de governo, planos e instrumentos de planejamento concomitantes e que sucederam aos PNDs e PADs. Conforme afirma Teixeira (2008):

Os trabalhadores amazônidas seriam no máximo típicos, mas não pobres. O movimento do capital, sim, tornou-os mais do que pobres, tornou-os miseráveis. A pressão da expropriação da terra e da dissolução do modo de vida pré-existente extrai todo o alicerce onde se assenta a segurança dessas famílias e joga esses diversificados grupos na vala comum dos desvalidos, muitos dos quais vão engrossar o contingente urbano das periferias das sedes municipais (TEIXEIRA, 2008, p.145).

Evidencia-se, portanto, que o Estado brasileiro planeja e fomenta políticas desagregadas da “sociobiodiversidade territorial amazônica” (PORTO-GONÇALVES, 2017), marcando a constituição colonial do olhar para a região, forjada no apagamento étnico-cultural. Logo, o que se define para a Amazônia são projetos desenvolvimentistas de mineração, logística, exploração agropecuária e madeireira focada na concentração fundiária, trazendo pobreza ao passo que promete acesso a direitos sociais como mero discurso.

3 PDDUS DE ABAETETUBA: HORIZONTE DO PLANEJAMENTO PÚBLICO DEMOCRÁTICO OU DO ETNOCÍDIO?

Em 1985 teve fim a ditadura militar brasileira e se iniciou o movimento de redemocratização do país, a luta por reforma urbana se destacou incidindo cada vez mais reivindicações de políticas voltadas ao direito de viver com dignidade. Nesse

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



processo, o Fórum Nacional pela Reforma Urbana - FNRU, simbolizou um dos movimentos sociais de maior relevância, formulando inúmeras propostas de emendas constitucionais, algumas das quais foram inseridas nos artigos 182 e 183 na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Capítulo II, próprio à Política Urbana (TEIXEIRA, 2008).

O Capítulo foi regulamentado somente em 2001, com a aprovação da Lei 10.257, nomeada de Estatuto da Cidade, responsável por possibilitar o desenvolvimento da política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados a promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras. Para tal, no capítulo III da referida legislação se prescreve a necessidade de elaboração de PDDUs, especificados da seguinte forma:

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidas (BRASIL, 2001).

Dessa forma, os PDDUs são instrumentos cruciais de gestão e planejamento territorial, devendo se dar de forma democrática, com vistas a garantir a participação da população em todo o processo de definição das diretrizes expressas nas políticas públicas municipais e nos zoneamentos e macrozoneamentos que orientam a ocupação e uso do território, ou seja, indicam a forma de desenvolvimento do município, “fixando as regras e as estratégias de planejamento, para que se alcance o efetivo desenvolvimento econômico, social e físico de seu território” (DECARLI; FILHO, 2008). As populações de cidades amazônicas,

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

comumente descartadas, se viam contempladas com a aprovação desse importante instrumento.

Todavia, em um espaço de intensos conflitos, eles passaram a evidenciar as violências presentes, trazendo o mesmo silenciamento e apagamento de outros planos, superintendências, conselhos, órgãos e tantas outras ferramentas e espaços criados para a dominação e expropriação dos territórios amazônicos. Esta realidade tem se expressado também no Plano Diretor do município de Abaetetuba.

O primeiro PDDU do município, aprovado pela Lei Municipal nº 222 de 10 de outubro de 2006, se construiu de forma orgânica, pelo governo municipal e munícipes que estavam presentes. Havendo nele a divisão de pólos de discussão, diferenciados em zonas urbanas e rurais, as quais destacavam quais bairros/comunidades seriam inseridos em cada uma.

Observou-se que apenas 14 comunidades tradicionais participaram da construção, todas adensadas na categoria “rural”, bem como no Art. 28 que dispõe sobre as diretrizes setoriais do desenvolvimento sustentável, insere-se a necessidade de desenvolver estudos para criação do distrito Industrial do município de Abaetetuba, bem como desenvolver política fiscal de incentivo para atração de novas empresas e apoio à regularização de empresas já existentes. Além disso, em todo o Plano o setor privado é indicado como parceiro na efetivação de políticas públicas.

Notou-se que a melhor proposta relacionada aos povos e comunidades tradicionais, direcionada para produção agroextrativista e pesqueira, que adotaria práticas agroecológicas e de manejo sustentável dos recursos naturais, com o intuito de possibilitar segurança alimentar e geração de renda para os/as produtores/as familiares e pescadores/as artesanais, não entra em nenhum artigo do Plano. Assim, fica sob responsabilidade de toda essa população os incisos IV e V do Art. 5º que dispõe sobre os princípios da política urbana e definem que “a terra urbanizada é para todos os segmentos sociais, especialmente para a população de baixa renda e as comunidades tradicionais” (ABAETETUBA, 2006). Tais quais os

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

incisos IX, XII e XII do Art.29, relativo às diretrizes específicas ao desenvolvimento rural, os quais incentivam modos de reprodução social de comunidades tradicionais.

Remanejamento, reassentamento e deslocamento não aparecem de nenhuma forma relacionada à expulsão dos moradores, pois se percebe ao analisar de forma geral o Plano que apesar das diretrizes de desenvolvimento sustentável trazerem o indicativo de uma zona industrial e incentivos fiscais as empresas, o Macrozoneamento territorial do município, expresso no título III, Art.32, fica dividido em: I) Macrozona Urbana de Expansão e Qualificação, II) Zona Urbana de Uso Controlado, III) Zona Rural de Uso Controlado, IV) Zona Rural de Uso Diversificado e V) Macrozona de Proteção Ambiental. O que descarta a possibilidade, pelo menos à época, de anexação de empresas ou obras de infraestrutura no território, assim como não deixa espaço para possíveis relações de dependência entre empresas e comunidades.

O segundo PDDU de Abaetetuba, aprovado pela Lei Municipal nº 486 de 21 de dezembro de 2016 e em vigor até 2026, evidencia os esforços para uma participação incisiva de todas as secretarias municipais, seguindo a nível estatal um cronograma de atividades e estratégias. Contudo, a população não aparece de forma expressiva e os povos e comunidades tradicionais continuam nos incisos IV e V do Art. 5º, que se repetem do Plano de 2016. Porém, a expansão capitalista não se manteve contida, aclarando a relação Capital/Estado.

De acordo com Harvey (2005), apesar de o Estado e o Capital possuírem lógicas diferentes, pelo fato do Estado instituir uma lógica de concentração do poder espacial num determinado território (por vezes ultrapassando as barreiras individuais de um único corpo institucional) e o Capital demandar uma lógica temporal, de aumento da circulação da mercadoria no tempo e no espaço, o que se evidencia é que comumente o Capital utiliza-se dos arranjos institucionais do Estado para que possa se anexar e expandir nos territórios, centralizando por meio de políticas capitalistas neoliberais e, portanto, hegemônicas e coloniais, a riqueza e o poder nas mãos de poucos, enquanto espolia o restante da população de suas

PROMOÇÃO



APOIO

riquezas e/ou terras. Relação eminentemente expressa em como se definiu o Macrozoneamento do Plano de 2016, presente no Capítulo III, cujo traz a seguinte definição:

Quadro 1 – Macrozoneamento definido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2016 do município de Abaetetuba.

I) Zona Urbana Consolidada	VII) Zona Rural de Uso Controlado
II) Zona Urbana de Uso Controlado	VIII) Zona Rural de Uso Diversificado
III) Uso Urbano de Expansão e Qualificação	IX) Zona das Ilhas 01
IV) Zona Industrial 1	X) Zona das Ilhas 02
V) Zona Industrial 2	XI) Zonas das ilhas 03
VI) Zona de Atividades Logísticas	XII) Macrozona de Proteção Ambiental

Fonte: Abaetetuba (2016)

Não se utilizou somente das zonas anteriores, mas também foram inseridas duas Zonas de Expansão Industrial, uma Zona de Logística e uma das Zonas das Ilhas foi destinada ao desenvolvimento estratégico, por sua localização e características de solo firme, apto para atividade portuária, retroportuária e logística.

Em entrevista realizada no ano de 2022 com um dos membros da equipe técnica da elaboração do PDDU, informou-se que a equipe técnica do município não participou e não era conivente com o Macrozoneamento aprovado. Eles ficaram apartados da construção do mesmo, que foi entregue a uma equipe técnica da capital paraense, Belém, cuja o entrevistado não sabe dizer quem indicou e que também não aparece em nenhum dos documentos.

A respeito da possibilidade de olhar para os interesses e aptidões de cada território tradicional, respeitando o Art. 5º que define comunidades tradicionais como prioridade, frisou-se de forma crítica que:

O Plano Diretor dá as diretrizes do município, é a lei maior, nós temos a lei orgânica que é uma lei muito importante e nós temos o Plano Diretor que é

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



uma lei maior [...]. Existe o Brasil, existe o Pará, existe Abaetetuba e a comunidade quilombola, só que a nível macro de Brasil o interesse é desenvolvimento do país, então para o desenvolvimento do país é interessante o porto lá porque diminui a distância de transporte. É muito diferente o que os governantes querem pro país do que quem tá lá na ponta na comunidade (Membro da equipe técnica de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, 2022).

Todas essas implicações impactam qualquer tentativa de representatividade da sociobiodiversidade dentro do documento, vindo a desconsiderar até informar sobre possíveis impactos que os modos de vida de povos e comunidades tradicionais possam sofrer com a inserção de diretrizes e zoneamentos nos Planos. A exemplo do relatado por uma liderança entrevistada do Território Agroextrativista Pirocaba, comunidade tradicional da zona rural de Abaetetuba, a qual se tornou parte da Zona de Expansão Industrial sem que fossem consultados ou informados a respeito. Vindo a saber somente quando a multinacional norte-americana Cargill apresentou o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental, em dezembro de 2018, para a construção de um Terminal de Uso Privado na Zona de Ilhas 01, o que afeta o território do Pirocaba, processo acerca do qual ela informa:

Veio um cara aqui na comunidade no final de 2017, representante da Cargill, aí ele falava que ia ter área de aeroporto, nessa área aqui, porque Barcarena é ali, depois Beja, Tauerá e Pirocaba, aí nessa área ia ter aeroporto, retroporto, área de condomínio, agroindústria, aí eu fiquei na minha cabeça: “Onde que vai acontecer tudo isso?”. Aí quando vimos no Plano Diretor, a gente disse: “Tá aqui!”, eles deram brecha pra que tudo isso acontecesse, a minha raiva é que a gente lutando contra isso foi na câmara duas vezes, fomos pra duas audiências públicas e eles: “Ah, mas a gente não sabe, a gente não aceitou que isso acontecesse, não foi conversado nada com a prefeitura, ninguém deu autorização”. Tu vai no Plano Diretor e tá lá. [...] Como os caras decidem a nossa vida sem nem falar com a gente? Nas audiências públicas briguei, falei mesmo, eles tavam tudo com garrafinha de água, aí eu falei que da próxima vez não queria ninguém com garrafinha de água, que eu ia levar a água das pessoas que moram nas ilhas, que já sofrem com os empreendimentos (dos municípios vizinhos) e que iam ter que tomar a água, porque decidir a vida gente eles sabem. Aí responderam: “Ah, mas você quer impedir que o empreendimento aconteça”, eu falei: “Então pegue o empreendimento e coloque em cima da sua casa, em cima da câmara dos vereadores que ninguém faz nada, manda o porto ser construído aqui”, é bonito achar que “progresso” deve acontecer na cabeça dos outros. Se pra eles as pessoas que vivem na comunidade, que estão trabalhando, podem sair, eles podem

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



também. É muito conveniente dizer que representam o povo, quando chega nessa hora decidem pela nossa vida, na hora da eleição aparece fulano de tal dentro do ramal que a gente é isso, que a gente é aquilo, aí quando essas coisas acontecem finge que a gente não existe, que não tem morador no Pirocaba (Liderança do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2022).

Nas lutas contra a anexação do porto que, se vir a ser implantado, vai afetar negativamente toda a região pelas diversas implicações no território e na vida da população, surgiram propostas para as pessoas do Pirocaba afirmando que se apoiassem o empreendimento poderiam dispor de direitos sociais básicos, como posto de saúde, asfaltamento das estradas, escolas de qualidade. Suprimindo que esses serviços públicos não deveriam ser barganhados em troca da expansão do Capital na Amazônia. A moradora explica que:

Tem pessoas que dizem assim: “Se virar bairro na comunidade de vocês vai ter rua asfaltada, vai ter escola de qualidade, vai ter posto de saúde”. Sendo que a gente tem direito disso, aí a gente vai trocar aquilo que a gente tem de mais precioso por causa de um direito que é nosso? (Liderança do Território Agroextrativista do Pirocaba, 2022)

À vista disso, aclara-se a tentativa contínua de apagar a historicidade dessas populações, sem considerar quem de fato são elas que constroem cotidianamente em confluência com outros povos e comunidades a defesa de seus modos de vida. Destacando assim, o afastamento dentro dos PDDU's da presença daquilo que configura o município de Abaetetuba como uma cidade da Amazônia, apartando-se da identidade da própria população, ao mesmo tempo que incentiva, abre espaço e tenta convencer as comunidades para que os corredores de produção e circulação capitalista avancem no território. Isso se agudiza em dimensões fundamentais do planejamento e gestão territorial por envolver as políticas sociais.

Característica que elucida não haver por parte das empresas, com o apoio do Estado, nenhuma espécie de luta pela inclusão ou justiça social, ao contrário, impactam negativamente a vida das pessoas e tudo o que é necessário para a sua reprodução social, mesmo que ainda nem tenham adentrado de fato o território. Como expressado em Abaetetuba, que não tendo grandes empresas já sofre as

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



consequências da anexação de grandes projetos em municípios vizinhos e da tentativa de anexação em seu território, tudo permitido por um instrumento governamental que deveria proteger democraticamente seus modos de vida e validar seus direitos.

3 CONCLUSÃO

No decurso da pesquisa visualizou-se que instrumentos estatais como os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano têm planejado os municípios amazônicos de forma a permitir a inserção de lógicas de ser e viver totalmente distintas das que foram construídas localmente, as legitimando e fazendo surgir intensos conflitos socioambientais, os quais prolongam práticas que levam ao etnocídio de povos e comunidades tradicionais. As escolhas estatais demonstram que o controle social democrático é utilizado somente no discurso, mas na prática o que prevalece é o controle capitalista sob o jugo desenvolvimentista.

Consequentemente, percebeu-se ao localizar nos Planos Diretores do município de Abaetetuba as referências à destinação do território e o lugar designado às comunidades tradicionais, empresas capitalistas, obras de infraestrutura e toda a logística necessária para o avanço dos corredores capitalistas na Amazônia que a prioridade no uso e ocupação dos territórios é pelas cadeias de produção e redes de circulação de produtos numa escala global. No primeiro Plano davam-se indicativos do que viria a ser fomentado, mas é somente no plano de 2016 que esses processos começam a se materializar, tornando a vida profundamente instável para a população, mas substancialmente para os povos e comunidades tradicionais, que tem suas condições materiais e sociais de reprodução da vida ameaçadas pela espoliação capitalista com o auxílio do Estado.

Essa realidade alerta que o direito sobre a terra é fundamental para a vida e os processos que pelo meio da invasão, seja dos colonizadores do passado ou dos capitalistas do presente, passaram a pauperizar as condições que assegurem a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



manutenção da cultura de moradores de cidades amazônicas, os submetendo a realidades de barbarização, legitimadas por processos de planejamento público, cujos tentam minorar as muitas resistências que essas populações constroem, apontando formas de ser e viver não mais baseadas na opressão/espoliação originada na concentração de terra e renda.

À vista disso, é preciso olhar cada vez mais para as raízes do empobrecimento na América Latina e, evidentemente, na Amazônia. Dado que muitas vezes o foco de análise e intervenção fecha-se nos centros urbanos e carrega a ideologia de industrialização e modernização como diretrizes do planejamento, o que apaga o rural, as ilhas, as florestas e o campo. Onde comumente vive quem têm seus modos de vida mais afetados por serem os outros que tentam impedir o avanço do capital, os outros que não podem estar na definição dos planos, a não ser como desapropriados, eliminados e completamente descartados do acesso aos direitos sociais básicos e de tudo aquilo que permite a reprodução social com dignidade.

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. Dados do município. **Prefeitura de Abaetetuba**, 2022. Disponível em: <https://www.abaetetuba.pa.gov.br/index.php>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ABAETETUBA. Lei nº 222, de 10 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Abaetetuba. Abaetetuba, PA: **Gabinete do prefeito**. Disponível em: <https://abaetetuba.pa.gov.br/arquivos/17/PDMPA-DIGITADO.pdf>. Acesso em: 30 Set. 2021.

ABAETETUBA. Lei nº 486 de 21 de dezembro de 2016. **Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará**: edição 1636. 26 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.040/2007**, de 7 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: Presidente da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 17 fev. 2023

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Brasília, DF: Presidente da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em: 17 mar. 2023

CARVALHO, David. O Ciclo da Economia Brasileira e a Amazônia na Dinâmica Regional Centro-Periferia. **Papers do NAEA**, n. 120. Belém: NAEA, mai/1999.

DECARLI, Nairane; FILHO, Paulo. Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação no âmbito da gestão dos interesses públicos. **Senatus**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 35-43, maio 2008.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo.** 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IBGE. Município de Abaetetuba. **IBGE Cidades**, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MARQUES, Gilberto; TRINDADE, José. **Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento.** Belém: Paka-Tatu, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: Encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM. **Amazônia modelo de integração.** Belém, 1973.

TEIXEIRA, Joaquina. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n.21, p.141-152, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PROMOÇÃO



APOIO